



“Cabo Verde à beira da revolução”: a emergência do pan-africanismo cabo-verdiano e os protestos em África

Redy Wilson Lima* & Stephanie Duarte Vicente**

Resumo

A história de Cabo Verde é uma história de resistências anticoloniais e de revoltas. Sendo assim, não escapou às contestações sociais surgidas um pouco por todas as cidades africanas, a partir dos anos de 2000, que teve, a 30 de Março de 2015 e a 5 de Julho de 2017, as suas maiores demonstrações de rua e no *rap* o seu principal articulador e mensageiro político. Com este artigo, que tem como base uma pesquisa qualitativa realizada nas cidades da Praia e do Mindelo, palco destas manifestações, pretendemos analisar os seguintes pontos: o contexto sociopolítico do surgimento dos protestos em Cabo Verde; a sua natureza e ligação com os protestos africanos e com a ideologia pan-africana; e o papel desempenhado pelo *rap* nesse processo.

Palavras-chave: protestos, movimentos sociais, pan-africanismo, *rap*

Abstract

The history of Cape Verde is a history of anti-colonial resistance and revolts. Therefore, it has not escaped the social protests that have arisen in all African cities since the 2000s, which had, on 30 March 2015 and on 5 July 2017, its largest street demonstrations and rap as its main speaker and political messenger. This article based on qualitative research conducted in the cities of Praia and Mindelo – the stage of these demonstrations – aims to analyse the following points: the socio-political context of the emergence of the protests in Cape Verde; their nature and connection with African protests and pan-African ideology; and the role played by rap in this process.

Keywords: protests, social movements, pan-Africanism, rap

* NEU/CeProK, CEsa/CSG/ISEG-ULisboa. Email: redywilson@hotmail.com

** Universidade Técnica do Atlântico (UTA), Cape Verde. Email: stephanieduarte@outlook.com

Résumé

L'histoire du Cap-Vert est une histoire de résistance et de révoltes anticoloniales. Par conséquent, il n'a pas échappé aux protestations sociales qui ont surgi dans toutes les villes africaines depuis les années 2000, qui ont eu, le 30 mars 2015 et le 5 juillet 2017, ses plus grandes manifestations de rue et le rap comme principal porte-parole et messenger politique. Cet article basé sur une recherche qualitative menée dans les villes de Praia et Mindelo – théâtre de ces manifestations – vise à analyser les points suivants : le contexte sociopolitique de l'émergence des protestations au Cap-Vert ; leur nature et leur lien avec les protestations africaines et l'idéologie panafricaine ; et le rôle joué par le rap dans ce processus.

Mots-clés : protestations, mouvements sociaux, panafricanisme, rap

Introdução: A problemática dos estudos dos movimentos sociais em África

Uma das primeiras problematizações acerca dos movimentos sociais e das lutas pela democracia em África foi realizada nos anos de 1980 por Mamdani, Mkandawire e Wamba-dia-Wamba (1988), numa altura em que pairava sobre o continente uma nuvem de pessimismo e se difundia a ideia de que se estaria perante uma crise africana. Identificaram-se três escolas de pensamento que se destacaram na busca do entendimento dessa suposta crise e que deveriam servir de ponto de partida para a compreensão das razões de base do subdesenvolvimento de estudos sobre os movimentos sociais africanos:

1. A africanista, de inspiração norte-americana, nascida como reacção de alguns historiadores à ideia difundida de que África não tinha história, focando-se na era gloriosa dos reinos africanos pré-coloniais, factos esses negligenciados pelas ciências sociais coloniais;
2. A da modernização, de inspiração funcionalista e institucionalista, adoptada pelos africanistas no período pós-independência, sobretudo por aqueles que compreenderam que a construção nacional teria de ser realizada em aliança com as antigas potências coloniais;
3. A da teoria da dependência, de inspiração marxista, que apesar da crítica ao dualismo moderno-tradicional, ao focar se na análise nas relações de dominação, base da tese de subdesenvolvimento, manteve a lógica analítica dualista, mas centrada na relação centro-periferia.

A tese defendida pelos autores referidos era de que nenhuma destas escolas detinha ferramentas epistemológicas adequadas para o estudo dos

movimentos sociais em África. As duas primeiras, ao seguirem um quadro analítico orientado pela teoria da modernização, com vista à construção de um estado-nação forte liderado por uma elite burguesa apoiada pelas antigas forças imperiais, olhavam qualquer tipo de conflito como algo disfuncional e portanto, um problema. A terceira, ao limitar o seu quadro de preocupação às relações produtivas, centralizou a sua análise na luta das classes trabalhadoras inviabilizando as outras formas de luta, tidas como primitivas.

Desde modo, nos anos de 1990, o CODESRIA, sob direcção de Mahmood Mamdani e Ernest Wamba-dia-Wamba, publicou o primeiro estudo sistemático sobre os movimentos sociais em África, introduzindo análises mais profundas e críticas, as visões e formas de participação democrática destes movimentos (Mutzenberg 2015). O referido estudo estabeleceu que no contexto africano, a compreensão dos discursos sobre a sociedade civil deveria começar pelo reconhecimento do papel desempenhado pelos movimentos sociais, na luta pela democracia e desenvolvimento social (Aina 1998).

Para Nyong’o (1995), a democracia foi um dos ideais mais inspiradores dos movimentos de libertação em África e, embora na maioria das constituições pós-independências se tenha estabelecido a promoção e defesa da democracia, na prática, em muitos países tal não aconteceu. Segundo o autor, esta situação não significou que houve uma espécie de agenda obscura de autoritarismo, mas a crença de alguns teóricos do sistema de partido-único que o rápido desenvolvimento das nações africanas dependeria de um sistema político forte, com capacidade de garantir a unidade nacional e assegurar a disciplina necessária para o efeito.

No entanto, sendo um facto que em muitos destes Estados, incluindo Cabo Verde, as pressões internas protagonizadas pelos movimentos sociais, motivadas pelo contexto internacional, conduziram à abertura democrática, os levantamentos populares mediatizados a partir dos anos de 2000 nos principais centros urbanos indicam que, tal como nos anos de 1990, a luta pela democracia continua no centro da agenda popular africana.

Em termos analíticos, embora existam inúmeras publicações a retratar estes protestos, Aidi (2018) entente que a grande maioria carrega marcos conceptuais eurocêtricos. No seu entender, esta situação deriva da forma como muitos pesquisadores encaram as sociedades africanas: como rurais, tradicionalistas, étnicas e pouco desenvolvidas em termos de estruturas de classe, negligenciando assim muitas acções colectivas, com excepção do movimento operário e anti-*apartheid* sul-africano.

Sendo assim, os protestos que tem marcado a paisagem urbana africana sub-sahariana desde os anos de 2000, segundo Aidi, têm sido tratados pela

literatura ocidental como tendo sido iniciados e inspirados pela Primavera Árabe. Mamdani (2011) contrapõe essa ideia demonstrando que a revolta de Soweto nos anos de 1970, liderada por Steve Biko e pelo movimento de Consciência Negra, representam o antecedente político dos acontecimentos da Praça Tahrir. Argumenta que a revolta sul-africana deve ser entendida como a viragem histórica nos movimentos sociais africanos, por ter sido a primeira em que se usou uma imaginação alternativa de confronto focada em lutas populares no período pós-independências.

Para Honwana (2013), tanto os protestos árabe-africanos como subsarianos, representam a nova expressão do acordar africano. A sua análise vai, em parte, de encontro às realizadas por Aidi (2018), e Mueller (2018) ao defenderem a ideia de que esses protestos revelam a continuidade da luta e resistência pan-africana, iniciada entre os anos de 1940 e 1950, período em que o pan-africanismo, enquanto ideologia e movimento, encorajou a solidariedade entre os africanos em todo o mundo, na luta contra o sistema colonial europeu (Adi 2017).

Ao sinalizarem esse período como a primeira vaga destes protestos, tanto Aidi como Mueller identificaram as demonstrações de rua dos finais de 1980 e anos de 1990 como a segunda vaga, explicadas como resultado das políticas de ajustamento estrutural. Todavia, em relação à terceira vaga, enquanto Aidi (2018) aponta o seu começo em 2005 e defende que se estendeu até 2014, Mueller (2018) diz que o seu início foi no ano de 2011, tendo-se prolongando até 2016. Durante este último período foram registados aproximadamente 19.816 grandes protestos em todo o continente, como resposta à intensificação das políticas de austeridade incentivadas pela guerra contra o terrorismo. O *rap* e a cultura *hip-hop* africana foram apresentados como os seus principais mobilizadores e mensageiros (Honwana 2013; Mueller 2018).

Cabo Verde seguiu essa tendência e neste artigo, resultado de um projecto de pesquisa financiado pelo programa *Meaning-making Research Initiative CODESRIA 2018/2019*, o objectivo é dar conta desta realidade e analisar, do ponto de vista histórico, o contexto sociopolítico do surgimento dos protestos no arquipélago, a sua natureza e ligação com os protestos africanos e com a ideologia pan-africana, assim como o papel desempenhado pelo *rap* nesse processo.

É de referir que o principal propósito do projecto de pesquisa foi a possibilidade de contribuir para a construção de uma agenda endógena de pesquisa sobre os movimentos sociais juvenis urbanos em Cabo Verde. Assim, optámos por uma abordagem qualitativa, enquadrando numa antropologia do próximo (Ela 2013 [1994]), que permite apreender de dentro o ponto de vista dos sujeitos inseridos neste tipo de ativismo político,

complementado por bibliografias que se têm debruçado sobre este tipo de assunto e estatísticas oficiais. Deste modo, privilegiou-se neste artigo a análise de conversas informais e 10 entrevistas realizadas entre os meses de Janeiro e Março de 2020, nas cidades da Praia e do Mindelo.

Sendo este um tema sobre o qual nos temos debruçado há já algum tempo, utilizámos também entrevistas realizadas antes da pesquisa para este projecto e como complemento às técnicas clássicas de pesquisa, conferimos às narrativas do *rap* o mesmo estatuto que as outras fontes exploradas, por reconhecermos nos *rappers* algo como que um intelectualismo orgânico.

O artigo está estruturado em 3 sessões: na primeira, apresentamos os antecedentes históricos do movimento pan-africano cabo-verdiano; na segunda, expomos as contradições da democracia liberal em Cabo Verde e as consequências políticas daí decorrentes; e na terceira, destacamos as demonstrações de rua de 30 de Março de 2015 e de 5 de Julho de 2017, nas cidades da Praia e do Mindelo e lançamos um olhar exploratório sobre o MFPA-CV, um novo movimento pan-africano de cariz cabralista, surgido entre estas duas datas e as suas interconexões com o continente africano.

Antecedentes históricos dos movimentos sociais e o pan-africanismo cabo-verdiano

A historiografia mostra que a história cabo-verdiana é uma história de resistência cultural, política e de revoltas (Vieira 1986; Mascarenhas 2014). Para Silva (1996), a auto-libertação dos escravizados e a edificação de comunidades autónomas nas montanhas e nos vales profundos deve ser considerada como o primeiro prenúncio de resistência social e cultural africana em Cabo Verde. Vieira (1986), por seu lado, aponta que os eventos de 1835 poderiam ser percebidos como o primeiro esforço para a independência do arquipélago, quando africanos escravizados e forros, instigados por homens do círculo da governação, tentaram tomar posse de Santiago. Este episódio veio reforçar, no imaginário das elites colonial e nativa, o receio da ilha poder vir a transformar-se numa espécie de Haiti.

Em São Vicente, no final desse mesmo século, a crise carvoeira faz despoletar o embrião de um movimento social operário liderado pela elite intelectual, em que a questão de autonomia foi pela primeira vez colocada em discussão pública (Silva 2005). A mesma elite que vai ter um papel preponderante na reprodução do Estado burocrático racista colonial no pós-independência (Varela 2017) e que, sustentada pelas teorias da escola da modernização, constrói o Estado pós-independência e consolida a mestiçagem como identidade de todos os cabo-verdianos, diferenciando-os, do ponto de vista identitário e civilizacional, dos outros africanos.

Não obstante estas evidências históricas, a literatura científica cabo-verdiana tem sido omissa no estudo dos movimentos sociais, salvo um ou outro trabalho, sobretudo no campo da história colonial. Silva (2005) considera que, do ponto de vista sociológico, o movimento social mindelense do início do século XX é uma entidade trans-classista gerada num contexto de crise e cuja organização é fluída e precária. Aponta que a grande preocupação dos seus líderes era a formalização de uma espécie de liga ou rede de organizações cívicas que pudesse servir de embrião de futuros sindicatos ou até de partidos políticos regionalistas.

Segundo Zibechi (2015), existe a tendência de se conceptualizar os movimentos sociais a partir de marcos eurocêntricos, centrando-se apenas nos seus aspectos formais, desde as formas organizativas até aos ciclos de mobilização. Entende que, ao definir-se este tipo de organização a partir desse marco conceptual, se está a excluir um conjunto de movimentos, na medida em que no contexto sul-americano, africano ou asiático, a maior parte não actua dessa maneira.

Mueller (2018), por seu lado, afirma que a literatura dos movimentos sociais tende a olhar os protestos, independentemente da sua natureza pacifista ou violenta, através de dois distintos processos confluentes: o seu início e o seu crescimento popular. Logo, entende que analisar apenas um desses processos fornece-nos um diagnóstico incompleto, uma vez que, ao focar-se somente no início, se está a ignorar os desafios desprendidos pelo recrutamento e organização dos mesmos; de igual modo, ao centrar a atenção apenas na participação popular, está-se a tornar difícil a explicação do porquê e quando o processo foi desencadeado. Isto porque cada processo envolve um conjunto diferente de actores e se, para iniciar é necessário existir a figura de um líder, para que o movimento cresça é fundamental haver adesão de outras pessoas. A vida e a ampliação do movimento, portanto, irão depender da coordenação e da cooperação entre as diferentes partes envolvidas no processo.

No caso africano, depreende que o uso do termo vaga, permite identificar a continuidade dos movimentos sociais e que a sua aplicação é divergente de como normalmente é utilizada pela ciência política. Na óptica desta área académica considera-se que as vagas de protestos precedem, naturalmente, vagas de mudança de regime. No caso das vagas de protestos, pelo contrário, derivam transformações na sociedade e não nas estruturas de governação. Estas transformações incluem o aumento da frequência dos protestos, as novas ligações entre os actores e sectores envolvidos, o surgimento de tácticas inovadoras de acção coletiva e a possibilidade de revisar os quadros mentais de modo a entender o lugar dos movimentos num possível novo mundo. A inovação da proposta é demonstrar que as vagas de protestos não acontecem

num vazio, mas sim num contexto herdado por uma anterior mobilização (Chalcraft 2016 *cit. in* Mueller 2018).

Tomando como referência estas duas lógicas teórico-construtivas dos movimentos sociais, percebemos que os factos referidos no abrir desta secção como as heranças que antecederam os protestos anti-coloniais cabo-verdianos, materializados nos anos de 1950 com a criação do PAIGC e o desenvolvimento das suas acções políticas e militares, bem como a prática subversiva ambígua de alguns líderes religiosos no processo (Varela 2011). Isto é, que tal como observa Mamdani (1995) noutros contextos africanos, estes movimentos antecessores actuaram como veículos de protestos que, não só prepararam o terreno no qual emergiram os movimentos nacionalistas, mas também serviram de âncora para a sua popularidade em alguns sectores sociais.

Diríamos que este período fica marcado pela passagem das ideias à prática do projecto do movimento pan-africanista emergido no século XIX com o objetivo de unir os negros africanos e seus descendentes, no combate ao racismo e à subjugação política, fruto do sistema colonial escravagista. Embora a primeira geração de ativistas que construiu as bases do pan-africanismo tenha sido formada por intelectuais de tradição epistemológica ocidental (Barbosa 2012), estes contribuíram significativamente para a recuperação do conceito racializado do sujeito africano, assente em características como dignidade, valorização própria e solidariedade negra (Mueller 2018).

Sob a liderança de Henry Williams, a então recém-fundada Associação Africana organizou o primeiro Congresso Pan-africano em 1900, sendo que o segundo e o terceiro foram organizados por W.E.B. Du Bois (Barbosa 2012; Adi 2017). Contudo, é de notar a fraca presença de intelectuais africanos e sul-americanos nos primeiros Congressos, facto explicado por Barbosa (2012) pela inexistência de redes de contacto entre os intelectuais negros dessas regiões e o centro de produção intelectual negros da época, os EUA. No caso cabo-verdiano, como indica Semedo (2006), alguns nativistas, considerados a primeira geração nacionalista cabo-verdiana, surgida nos finais do século XIX, já se consideravam ativistas pan-africanos e tinham participação em publicações organizadas pelo movimento sediado em Lisboa.

Cabo Verde, fruto da ligação estabelecida pela emigração para os EUA, iniciada no século XIX, e a influência da maçonaria norte-americana no movimento nativista cabo-verdiano (Semedo 2006), fazia parte dessa rede. Talvez por isso possamos falar de uma certa influência do pan-africanismo dos EUA dessa época no arquipélago. É de lembrar que esta primeira geração pan-africana emerge contra a subalternização do negro na sociedade

norte-americana e, no plano internacional, “postulava que os negros estadunidenses deveriam guiar os africanos para a civilização” (Barbosa 2012: 136). A mesma fórmula do nacionalismo luso-crioulo defendido nas ilhas (Fernandes 2013), radicalizado mais tarde pelo movimento claridoso na busca do reconhecimento pela estrutura colonialista portuguesa através da invenção da personalidade mestiça.

É, aliás, possível identificar, na tese da mestiçagem nativista, a dupla consciência teorizada por Du Bois (2007 [1903]), importada da dicotomia clássica da filosofia alemã (cultura x civilização) (Barbosa 2012), em que a personalidade negra norte-americana é apresentada como alguém que vivia o dilema identitário entre a comunal (negra) e a nacional (norte-americana). No caso cabo-verdiano, entre a busca da especificidade e a integração no ocidente. A viragem desse marco construto-identitário teve em Cabral (2013 [1970]) o seu protagonista, ao apelar aos cabo-verdianos que (re)africanizassem os seus espíritos e as suas mentes, como forma de reconquistar a sua personalidade africana esquecida pela força do poder simbólico colonialista missionário português, por via de processos de assimilação e aculturação.

No campo africano, a ideia da personalidade africana serviu de base ao princípio da unidade entre os povos africanos, que levou ao desenvolvimento do movimento *Back to Africa*, liderado por Marcus Garvey, que reforçou o nacionalismo africano e fez do Congresso Pan-africano de Manchester, em 1945, um marco para a luta de libertação e de unidade política africana (Nkrumah 1963). Com a independência do Gana em 1957, Nkrumah, sob a bandeira do pan-africanismo, promove, no ano de 1958, a Conferência de Todos os Povos Africanos, onde se veio a discutir os princípios democráticos do direito à autodeterminação e a declaração da urgência de África ser devolvida ao seu povo (Nyong'o 1995). Como deixa transparecer Graça (1998), foi esta a fórmula seguida por Cabral na edificação do projecto de frente comum de luta entre Guiné-Bissau e Cabo Verde que, entretanto, viria a conhecer profundas tensões.

Medeiros (2012) afirma que o maior erro de Cabral foi ter insistido na unidade racial de dois povos culturalmente diferentes um do outro. Aliás, como observa Tomás (2018), o entendimento que Cabral tinha da cultura estava ligado muito mais à sua biografia pessoal do que a uma ideia de nacionalismo capaz de dar conta da realidade étnica bissau-guineense. Afirma que a ideia de unidade cultural entre os dois povos, embora estratégica, estava longe de corresponder à sua visão idílica, visto que Cabo Verde e a Guiné-Bissau ocupavam uma posição hierárquica diferenciada no contexto do colonialismo português.

Convém lembrar que o cabo-verdiano, não obstante o desprezo luso, nunca foi submetido ao Estatuto do Indigenato. Esta realidade, associada ao facto dos bissau-guineenses não terem sido integrados no governo do arquipélago, ao contrário do que aconteceu com os cabo-verdianos na Guiné-Bissau, são apontados como umas das prováveis causas que levaram ao seu assassinato em 1973 e à ruptura da unidade dos dois países desencadeada pelo golpe de Estado de 1980 (Lopes 2013; Tomás 2018). Isto na sequência das profundas divergências surgidas no interior do movimento pan-africano cabo-verdiano (Lopes 2012a).

Do paradoxo da prosperidade ao apelo à política da dignidade

Nos discursos de Cabral (2013 [1970]) é sentida alguma inquietação sobre a governação pós-independência. Por várias vezes apontava o dedo a militantes formados na Europa e que ao ver o avanço da luta se apressavam a integrar o partido, mas cujo comportamento revelava que os seus principais objectivos eram aceder ao poder. Aristides Pereira, em entrevista a José Vicente Lopes, assinalou esse facto ao reconhecer que, nos anos de 1980, por questões ideológicas, alguns dirigentes aparentavam ganância desmesurada e sede de poder, o que veio a contribuir para a reprodução da fulanização, não só do partido-Estado, mas da própria sociedade. Mencionou também os jovens quadros do partido (que governaram o país entre os anos de 2001 a 2016) e as suas reticências à mudança, sentindo-se incomodados pela expressão da sociedade civil no Congresso do PAICV, em 1988, quando se decidiu começar a debater uma possível mudança de regime. Sobre eles disse que “a preocupação era partido, mas partido para subir, não para introduzir nenhum arejamento” (Lopes 2012b: 350).

Nesse Congresso, devido à crise económica e social que o país atravessava desde 1982, aprovou-se a liberalização económica (Lopes 2012a) e dois anos mais tarde declarou-se a intenção de avançar para a liberalização política (Évora 2004). Para Hutchful (1995), as transformações surgidas nesse período, em África, devem ser entendidas como resultado de um conjunto de mudanças políticas e económicas ocorridas na ordem global: o desaparecimento do bloco socialista enquanto alternativa económica e política mundial; a conquista da hegemonia militar pelos EUA; o processo da globalização económica, a emergência de uma força económica tripartida entre a União Europeia, a NAFTA e a cooperação de livre comércio do Japão e da Costa do Pacífico, que substituiu a competição militar pela económica; a reforma da ONU e a sua dominação pelos EUA e demais potências ocidentais, que inauguram uma nova filosofia de intervenção humanitária

nas zonas de conflito, com vista à promoção de uma *pax americana*; e a ascensão de movimentos sociais e, conseqüentemente, a emergência de uma sociedade civil internacional.

Foram, portanto, esses processos internos e externos que conduziram à realização das primeiras eleições multipartidárias em 1991, em que o MpD, partido recém-formado por grupos urbanos com sensibilidades ideológicas diferenciadas, venceu as eleições. É de realçar que, apesar da suposta demanda popular, o MpD foi fundado por um grupo de dissidentes do PAICV – os chamados trotskistas – que, ao imporem a sua agenda no processo de transição, evitaram que a mesma fosse controlada pela elite do poder (Évora 2004), tendo em pouco tempo, conseguido popularizar o movimento e absorver todas as frustrações e anseios dos cidadãos.

Se, no período da descolonização, numa lógica de africanização da memória, uma das primeiras acções foi a substituição de alguns símbolos escravagistas e coloniais por figuras revolucionárias africanas, em 1991, um dos primeiros actos públicos do MpD, a partir de uma lógica de desafricanização da memória (Cardina & Rodrigues 2020), foi repor essas figuras e dar início a uma campanha de difamação da figura de Cabral, apresentado como uma fraude (Amado 2012).

Uma outra mudança radical foi a opção por uma agenda de reforma económica orientada pelas propostas e recomendações do Banco Mundial – BM e do Fundo Monetário Internacional, que vê o desenvolvimento, não como um processo conduzido por um Estado benevolente que procura o bem-estar colectivo, mas que resulta de decisões descentralizadas de indivíduos livres que procuram maximizar os seus benefícios. Estêvão (2011) descreveu as linhas básicas dessa agenda em três eixos: 1) a estabilização macroeconómica como prioridade; 2) a redução do papel do Estado e a libertação dos mercados (privatizações, desregulamentação, etc.); e 3) a orientação da produção para as exportações, de forma a transformá-las no motor do crescimento económico. Ainda que esta política tenha catapultado o arquipélago para um crescimento económico acima da média (cerca de 8,4 de média anual), de acordo com Estêvão, não teve grande impacto sobre o modelo tradicional da economia arquipelágica e nem contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais, que se mantiveram altas nos anos de 1990, à volta dos 0,59 por cento (INE 2018).

Do ponto de vista político-ideológico, com a passagem de um sistema leninista-marxista para um sistema neoliberal, difundiu-se a ideia de que a sociedade civil estaria livre dos mecanismos de repressão do aparelho do Estado (Lima 2012). Embora esta transição tenha permitido a realização de manifestações sem receio de represálias institucionais, como o caso das duas

grandes manifestações organizadas pelos estudantes do ensino secundário na cidade da Praia (em 1992 e 1994), na maioria das vezes, estas demonstrações aconteceram de forma confusa, quase sempre no bojo dos partidos e de forma bastante desorganizada.

Convém ter-se em conta que este período ficou marcado por aquilo que Aidi (2018) designou de ONGuificação da oposição. A reestruturação económica obrigou o Estado a recuar em matéria de políticas sociais que foram terceirizadas para as organizações da sociedade civil, tanto locais como internacionais, que passaram a ser financiadas pelos programas das agências de ajuda para o desenvolvimento, inaugurando aquilo a que se chamou de internacionalização da segurança social (Fowler 1992, *cit. in* Aina 1998). Assim, estando dependentes dos financiamentos e obrigados pelos doadores a submeterem-se ao controlo do Estado, a sociedade civil entrou num processo de despolitização (Huchful 1995), transformando-se numa sociedade servil (Costa 2013).

A fractura da coligação democrática poucos anos depois do MpD ter alcançado o poder, que se dividiu em três facções, contribuiu também para que a sociedade civil se tenha fragmentado. Essa fractura foi justificada pelos dissidentes como reacção aos laivos de autoritarismo desmedido pelos líderes do partido, que Évora (2004) explica como estando relacionado com as suas biografias políticas, visto terem sido socializados no regime anterior, onde ocuparam postos de confiança.

Foi nesse contexto de ambiguidade e crispação político-ideológica que o *rap* se consolida nos principais centros urbanos como espaço de denúncia, tornando visível o mal-estar social e proporcionando aos jovens a possibilidade de reformular as suas críticas, na medida em que se encontravam numa situação de desespero e desilusão (Lima 2012). Para Victor Duarte, *rapper* mindelense entrevistado em Março de 2020, o *rap* “não deixa de ser um movimento social, porque retrata muitas vivências (...), nós, desde há muito, fazemos críticas sobre o governo e sobre o que acontece em São Vicente e sobre o que não nos deixa satisfeitos com o governo de Cabo Verde, de uma forma geral”. Essa ideia é também corroborada por Dj Letra, entrevistado no Mindelo, nesse mesmo período: “No início, preocupávamo-nos sempre com temas ousados, contra o sistema, temas de cariz social”.

Mafeje (1995) chama a atenção para o facto de que as pessoas votam com expectativas altas que, caso não sejam satisfeitas, poderão resvalar para um sentimento de desilusão. O *rap* apenas veio amplificar este sentimento que, segundo Lima (2012), na esteira de Diouf (2003), possibilitou o surgimento de uma nova geografia de resistência e de manifestação desta desilusão social e política. As conversas desenvolvidas ao longo da pesquisa com *rappers* e

ativistas indicaram que, tal como observou Mafeje (1995) noutras paragens africanas, a percepção social, sobretudo juvenil, é de que a ideologia do mercado livre não conseguiu garantir o tão prometido bem-estar colectivo. Deste modo, face ao autoritarismo governamental, persistência da crise económica derivada da opção por uma política que, em vez produzir riqueza, produz ricos, somado aos escândalos de corrupção (Rosário 2013), o PAICV foi reconduzido ao poder nas legislativas de 2001.

Em 2015, ano em que o PAICV assinalou 14 anos de poder e Cabo Verde comemorou 40 anos de independência, o INE (2015) apresentou os números dos ganhos alcançados nas últimas quatro décadas, colocando o país no pódio africano dos países ditos de boa governação. Nesse mesmo ano, o então primeiro-ministro lança um livro de propaganda pessoal (Neves 2015), em que, autoproclamando-se uma continuidade de Cabral e através de um exercício de fulanização desses ganhos, preconizou um futuro risonho com a adopção de uma nova Agenda de Transformação. Uma agenda que, sob a liderança dos parceiros internacionais, iria transformar o arquipélago num centro internacional de prestação de serviços e base de apoio logístico (europeia e norte-americana) na sub-região oeste africana. Na prática, com a assinatura da parceria especial e o acordo de mobilidade de uma única direcção com a União Europeia estava a contribuir para a activação do papel histórico do arquipélago enquanto capataz do império (Varela & Lima 2017).

Os ativistas entrevistados consideram este tipo de declaração como prova de que estamos perante um novo estado de dependência. Mkandawire (1995) considera que, para os teóricos da política de ajustamento estrutural, o crescimento económico e, por conseguinte, o desenvolvimento, só pode ser alcançado a partir de uma boa governação, na forma como foi conceptualizado pelo BM. Desta forma, salienta que a política imposta fomentou nos países africanos alguns retrocessos alcançados com as independências, sendo o mais significativo a perda de soberania.

Varela (2008), na esteira de Mkandawire, entende que, na actual governação global neoliberal, os Estados pós-colonizados, além de continuarem a suportar os condicionalismos económicos impostos pelas instituições financeiras internacionais, sofrem também através das agendas dos programas de ajuda para o desenvolvimento, condicionalismos políticos. Nesse sentido, a expressão da boa governação para classificar estes Estados apresenta-se como vazia e relativa, já que serve também, paradoxalmente, para designar muitas transições políticas consideradas de sucesso, pese embora não terem tido como base processos ditos democráticos. Em vez de dar mais força aos Estados-alvo, esta lógica de relação internacional encerra-

os num ciclo vicioso de dependência, apesar do discurso de que a ajuda ao desenvolvimento esteja a diminuir.

José Maria Neves justificou a opção do seu governo da seguinte forma: “Os instrumentos criados não são suficientes para responder isoladamente às questões do presente, nem para preparar esse futuro que aponta para o desenvolvimento avançado, senão no quadro de uma agenda global, liderada pelas Nações Unidas e de uma intensa cooperação e parceria internacional, tanto na vertente multilateral, como na vertente bilateral” (2015: 87). Para Lima (2020), este discurso significa que, de uma dependência consentida de matriz ideológica socialista, vivenciada no período pós-independência, se passou para uma dependência declarada de matriz ideológica híbrida, no contexto pós-democrático.

De acordo com Silva (2014), apesar dos inegáveis ganhos nesses 40 anos de governação, Cabo Verde passa actualmente por uma crise de reprodução do modelo de distribuição social e de crescimento económico vigente desde a independência, ou melhor dito, desde sempre (Varela 2017). Germano Almeida questiona: “com a independência, recebemos a ajuda da comunidade internacional, que foi bem gerida, de um modo geral, mas pergunto: será que essa ajuda foi usada no sentido de criarmos, de facto, um país capaz de viver de forma autónoma” (Lopes 2014a)? Segundo este escritor e nacionalista cabo-verdiano, a impressão que dá é que hoje se vive num país gerido como se rico fosse, o que tem provocado grandes tensões entre os partidos e respectivos membros muito virados para os seus próprios umbigos e o povo.

Oji e papu retu sem papa na lingual/N representa maioria di família/Kes ki sta sufru ku nhos dimagujial/Kaza para todus e la simiteriu/Es la e kaza pa alguns, kes ki tem dinheru/Kau sta mau pa tudu kaul/Ma pamodi ki rabidanti riba Praia ta pirsiguidu/Koitudu di kes pobris/Sta minis dizinpregadu i lisensiadu/I nhos na Parlamentu ta diskuti pasadu en diretu na TV moda un filmi di ason (...). Nu sta paga pa ses stragu/Nu tem ki korta nhos karu di luxu/Subsidiu sem sentidu pa ministros/Dja sta bom di mama/Stop nipotismu/Izenplu tem ki dadu gosi e tenpu sakrifisiu/Nu tem ki subi kel salariu minimu/Kualidadi di vida pa noz idozus/Nu tem ki pusta mas na nôs minis...Povu na puder/Omi ku mudjer/Si bu ka luta pa bu tera ken ki sta ta bem fazel?/Nu teni tenpu pa parodia i na manifestason poku omis ku mudjer ki sta da kontribuison/Ma nu ka podi kala/Di Santo Antão a Brava/Ora ki kuzas fadja/Nu tem ki sai pa prasa/Sabi ma nada ka ta muda sem kel unidade i luta/Nu skesi di partidu i nu poi mo na mas (...). Ku povu na puder nu sta bem muda Cabo Verde [Hélio Batalha, Povu na Puder, 2014].

Para os jovens como o *rapper* Batalha, entrevistado em Abril de 2020, o que se espera da classe política é o regresso daquilo que Fukuyama (2018)

denominou de política da dignidade e não a reprodução de uma política de inimizade (Mbembe 2017). Porém, para que se passe de uma para a outra, é necessário um apelo ao povo para a prática de uma política de indignação (Innerarity 2016).

Poderia falar de Nelson Mandela, Bem Bella, Agostinho Neto, mas temos é de falar de Cabral. Foi ele quem lutou pela nossa independência, que fez a luta armada e deu a cara na ONU. Há um livro escrito por Cabral com muitos tópicos sobre os objectivos a seguir depois da independência. Quando hoje olhas para este país, vê coisas diferentes (...) e quando trazemos Cabral para a cena do rap, o objectivo é mostrar aos políticos que estão no governo a real essência da igualdade, liberdade e fraternidade, que é o que o povo precisa [Hélio Batalha, entrevista realizada na Praia, em Agosto de 2011].

Este tipo de reivindicação, reiniciada nos anos de 1950 e internacionalizada a partir de Maio de 68, segundo Fukuyama (2018), representam uma continuidade da revolução francesa (ou da própria revolução haitiana), uma vez que têm na exigência de dignidade e reconhecimento a sua força-motriz. De acordo com Mafeje (1995), o *slogan* liberdade, igualdade e fraternidade não se traduziu numa igualdade e solidariedade entre pessoas em situação de desvantagem social. Porém, o seu valor reside no facto de ter rompido as fronteiras da sociedade feudal e ter inaugurado uma nova era histórica, em que as novas liberdades não só puderam ser desfrutadas, como os seus limites verificados.

O cenário do fim da história apresentado por Francis Fukuyama e o falhanço do socialismo como alternativa ao capitalismo e à democracia neoliberal, segundo Presthold (2009), tirou relevância a muitos ícones revolucionários que foram substituídos por figuras musicais globais, como Tupac ou Bob Marley, representados como os novos heróis revolucionários. Hutchful (1995), no entanto, entende que o que ocorreu não foi o triunfo final da razão liberal ou o fim da história. Pelo contrário, o que ocorreu foi a libertação de muitas histórias locais e nacionais secundarizadas pela dinâmica do imperialismo. Portanto, a morte do socialismo oficial possibilitou o ressurgimento de velhas fontes de resistência mais radicais e extremistas, com destaque para o nacionalismo e fundamentalismo religioso. Estes, e sobretudo as figuras apontadas por Presthold, apresentaram narrativas que continham similaridades com as experiências de muitos jovens a nível mundial.

Desse jeito, em Cabo Verde, do *rap* de intervenção social dos anos de 1990, inaugurou-se nos anos de 2000, uma outra forma de estar no *rap*, que encontrou no *revolutionary gangsta rap* de Tupac e nos discursos de Cabral,

importantes ferramentas de interpelação do poder e de mobilização popular, sobretudo juvenil e em situação de precariedade e marginalidade. Isto num contexto marcado por altos índices de desigualdades, sobretudo do acesso às oportunidades e de segregação dos sonhos. Em 2015, o INE (2018) indicava que no contexto urbano, 20 por cento da população mais rica concentrava 56,7 por cento das despesas realizadas e que além da pobreza ter migrado do campo para a cidade, o que criou uma imensa geografia da pobreza urbana, o seu perfil continuava jovem (60% dos pobres têm menos de 25 anos) e feminina (53%). Cerca de 76,1 por cento das famílias consideraram que a gestão do orçamento mensal é feita com dificuldades (20,8% com muita dificuldade), em particular, as despesas com a alimentação.

Em termos políticos, o INE (2013) apontava que, embora a maioria dos cabo-verdianos preferissem o regime democrático, o interesse pela política era bastante baixo e a classe política em que menos confiavam eram os deputados, sendo que 48,8 por cento declararam que os políticos não dão respostas às suas necessidades. A participação nos protestos era, no entanto, bastante baixa e apenas 49 por cento da população disse identificar-se com um partido político. A maioria (44,5%) acreditava que a incidência da corrupção era preocupante e que o governo era pouco eficiente no seu combate (40,9%). O Afrobarometer (2017) indicava que a maioria dos cabo-verdianos considerava que o país era mal dirigido e, tal como em 2014, cerca de metade dos inquiridos entendiam que a situação económica do país era má. Cerca de 76 por cento mostravam-se poucos satisfeitos com o funcionamento da democracia e 82 por cento achavam que os políticos nunca, ou poucas vezes, fazem o melhor para os ouvir.

A análise de uma sondagem recente (Borges & Semedo 2021) indica que 41 por cento dos cabo-verdianos consideram que em Cabo Verde a democracia apresenta grandes problemas e cerca de 82 por cento dos jovens entre os 18 e 35 anos não se mostram satisfeitos com ela e não se sentem representados. Indica que os jovens são os que menos participam nas eleições, mas que evidenciam grandes preocupações com a governação, em matéria da gestão do desemprego, criminalidade, desigualdade e pobreza.

Cabralistas (*wake up*): a rua como campo político de luta

Em 2012, num comício para as eleições presidenciais num dos bairros da capital, o então primeiro-ministro e presidente do PAICV, na ressaca das divisões interinas provocada pela imposição do seu candidato, afirmou que Cabral tinha sido assassinado pelos dirigentes do PAIGC. Colocando-se no papel deste líder pan-africano, comparou a insurgência interna do partido

com um dos possíveis episódios apontados como tendo sido a causa do seu assassinato. Como resposta, alguns *rappers* responderam com Cabralistas (*wake up*):

*Intilijensia nu disenholvi pa nu ka duminadu/Pa nu intendi nos presentu nu tem ki studa nos pasadu/Sanpadjudu ku badiu mesmu inu nu ta kanta/Divison e kel simenti ki tugas tinha ki planta/Mas fasil duminanu si nu sta divididu/Prusedi ses diskursu ku palavras difisil/Nhos kumesa sintetiza nhos ganansia e visível/Sakrifika nhos irmon pamodi sedi di puder/Guvernus manipuladu sem da nun pirsiber/Nu foi vitima di un diskordia ki ti oji ta rifleti/Ma nu ta akridita na mudança [Pex, Rabeladu Lopi & Hélio Batalha, Cabralistas (*wake up*), 2013]*

Esse episódio, como muitos outros, revela a tendência de reprodução dos partidos políticos cabo-verdianos das lógicas de dominação morgadia, em que as relações se baseiam em laços de compadrio e clientelismo entre as chefias e a base militante, o que faz com que quaisquer desvios de orientação vertical sejam tratados como traição e os desviantes confinados ao ostracismo político-partidário e/ou social. Foi, por exemplo, o que aconteceu com alguns fundadores do movimento MAC#114, grupo de jovens, apoiantes do movimento de Cidadania, considerados pelo líder do partido de jovens turcos. Os mesmos que protagonizaram, no dia 30 de Março, uma das maiores demonstrações populares no arquipélago.

O pretexto oficial para a saída às ruas foi a aprovação, por unanimidade, na Assembleia Nacional da República, do Estatuto dos Titulares dos Cargos Públicos que previa, entre outras regalias, aumentos salariais para os políticos em função. Isto numa conjuntura em que a maioria das reivindicações salariais exigidas pelos sindicatos tinham sido rejeitadas devido à precária situação económica do país. Os protestos, manifestados anteriormente no aumento das abstenções nos sucessivos pleitos eleitorais, deviam-se também ao cansaço e descrença na classe política e nos partidos “e o seu manancial de cumplicidades, jogos de influência e corrupção”.

O surgimento do MAC veio no sentido de criar nas pessoas aquela consciência política, no sentido de que, mesmo que tenhas uma simpatia ou uma ideologia política, mas tens sempre de pensar na unidade nacional, ou seja, mesmo que espelhes nas políticas do MpD ou do PAICV, falamos desses dois, porque são esses dois que têm maior representatividade, mas tu tens de te lembrar que tu não tens de ir cegamente no que eles fazem, se na verdade vês que as suas ações não se reflectem na colectividade (...). Os crioulos têm uma coisa, eles podem ser burros na política, mas quando o assunto é dinheiro, que lhes mexe com os bolsos, eles entendem. Basta entenderem que alguém lhes está a mexer-lhe com os bolsos, eles entendem. Foi nesse quesito que fomos reparando que as pessoas começaram a

perceber muitas outras coisas que estavam aí e que não viam claramente (...). Fomos juntando isso a outras coisas que já estavam aí, como a questão do emprego ou desemprego na juventude e que ajudou muito para que o 30 de Março tivesse essa massificação. Porque as pessoas foram vendo que, de facto, os nossos políticos estavam a comer literalmente [no erário público], que muitas outras instituições não tinham dinheiro, porque eles viviam no luxo [Ativista do MAC, entrevista realizada na Praia, em Março de 2020].

Embora alguns ativistas do MAC e participantes na manifestação, com quem conversámos, se tenham declarado cabralistas e colocado a luta de classe no centro da discussão, o enquadramento ideológico do movimento era pouco evidente, havendo uma ala a defender o neoliberalismo. Segundo um dos líderes entrevistado, o grupo “é tanto apologista da esquerda como da direita, desde que fosse um meio-termo e não o extremo de nenhum deles”. Embora o MAC não fosse meramente cabralista, o certo é que arrastou muitos ativistas e grupos que se auto-intitulam cabralistas.

O grupo surge nas redes sociais, mais concretamente no *Facebook*, que funcionou como o lugar privilegiado por onde se tentava consciencializar a população e receber denúncias. Meses antes, na chamada Semana da República, tinham realizado as suas duas primeiras manifestações, não passando, no entanto, de uma dezena de jovens, todos membros do núcleo fundador. Embora na agenda tivessem a implementação da democracia participativa, o veto presidencial em tempo recorde do ETCP, a fulanização do protesto, a falta de uma visão integrada de acção e de uma agenda política concreta, bem como a insinuação de que poderiam transformar-se num partido político, pode ser considerado como um dos motivos que possibilitou a sua morte prematura.

A minha percepção talvez seja por causa daquela vontade manifestada de que as pessoas se integrassem, talvez nessa altura como partido. Mas o que constatei foi isso, que havia essa vontade de trazer pessoas com capital social para o MAC, o que não aconteceu e foi por isso que o MAC se dissolveu, eu analiso-o assim, porque não quiseram ou não puderam continuar sozinhos (...). Mas é possível, porque, considerando que as pessoas, e tudo o que se disse aqui, e toda essa adesão, que eu acredito que foi por isso, era um movimento contra os partidos políticos, então, é possível que as pessoas não quisessem aderir a um partido político e sim a um movimento civil [Chissana Magalhães, entrevista realizada na Praia, em Março de 2020].

O *rap*, tanto da Praia como do Mindelo, foi um dos primeiros movimentos a associar-se aos protestos, servindo igualmente de seu fundo sonoro. Vários outros movimentos, como a *Korrenti Ativizta* e a Associação *Kilombo*, pelo facto de não terem sido devidamente aproveitados, impossibilitaram a

territorialização do MAC nos bairros. Caso isso tivesse acontecido, o grupo poderia ter atingido outro tipo de público que não apenas uma parcela do chamado novo proletariado e a nova classe urbana aburguesada dependente directa ou indirectamente do Estado. É de lembrar que tanto um como outro, assumidamente cabralistas e pan-africanos, destacaram-se como mediadores, face aos altos índices de violência dos gangues de rua na cidade da Praia, ganhando com isso alguma notoriedade e poder comunitário.

Como salienta Lima (2020), as ações do dia 30 de Março devem ser entendidas como o culminar de um conjunto de demonstrações de indignação, liderados por jovens que marcaram a paisagem urbana cabo-verdiana a partir de 2005. Todavia, o vazio político deixado pelo MAC, depois de ter criado uma enorme expectativa nos seus seguidores, contribuiu para que se instalasse uma certa desilusão e desconfiança, em relação aos movimentos sociais e ao trabalho desenvolvido nos últimos anos. Ainda assim, ao desgastar o governo do PAICV, estas demonstrações de rua criaram condições para que o MpD voltasse ao poder, em 2016. Contudo, as ambiguidades políticas e ideológicas do MAC ficaram expostas com a entrada de alguns ativistas mais mediáticos para a estrutura juvenil do MpD. Em 2021, o seu suposto líder participou na lista deste partido nas eleições legislativas e foi recentemente nomeado assessor especial do Primeiro-Ministro, posicionando-se nas redes sociais com uma postura político-ideológica contrária ao colocado antes.

O vazio deixado pelo MAC em 2016 foi retomado em 2017 pelo recém-criado *Sokols*. Surgido também nas redes sociais, este movimento organizou uma grande demonstração popular contra o poder centralizado da Praia em prol da regionalização e autonomia da ilha de São Vicente no dia da comemoração dos 42 anos de independência nacional. O movimento herda o nome dos Falcões Portugueses de Cabo Verde ou *Sokol* em actividade entre os anos de 1936 e 1939, que Cabral (2015 [1963]) menciona como um grupo de resistência formado por cabo-verdianos. Não obstante, segundo Carvalho (2011), o nome *Sokol* foi importado da antiga Checoslováquia, bem como a ideia baseada nos ideais nativistas dos povos eslavos, base do racismo existencial e epistémico ocidental. O movimento autodissolveu-se, após tentativas de co-optação pela Mocidade Portuguesa, segundo Cabral, como uma forma de protesto e de resistência. Em Outubro de 2019, no Mindelo, a jornalista e ativista Matilde Dias em entrevista, definia o novo *Sokols* da seguinte forma: “O referencial não é africano, não é ligado a Cabral ou à nossa identidade africana, é sempre uma questão que tem muito a ver com os referenciais daqui”. Entretanto, para o líder deste movimento,

se quisermos que a democracia em Cabo Verde evolua e, contrariamente àquilo que dizem que queremos, dividir Cabo Verde, o que é um absurdo, nós queremos uni-lo. Porque, numa casa, se houver desigualdade, os irmãos ficam mais desunidos. E mesmo falando de Santiago, propriamente dito, há grandes assimetrias dentro da Praia (...) Ele [Presidente da Câmara da Praia] mesmo diz que tem de haver toda uma descentralização, para que haja outros pólos de desenvolvimento, para que as pessoas não tenham de ir obrigatoriamente para lá. Em Santo Antão, todas as pessoas que têm curso vão para Praia, as que não têm, vêm para São Vicente [Salvador Mascarenhas, entrevista realizada no Mindelo, em Outubro de 2019].

O *Sokols* retoma as reivindicações apresentadas pela geração nativista e os movimentos sociais proletários mindelenses do início do século XX, apresentando a autonomia e a criação de um senado em Santiago e em São Vicente como solução para o problema das assimetrias regionais. Vai buscar também, no *rap* mindelense, o meio para a disseminação de suas denúncias e ideias contra uma suposta República de Santiago, termo cunhado por Onésimo Silveira (Lopes 2014b).

A maioria apoiou a causa, porque, no início, sentimo-lo como um escape para o sufoco da ilha, mas, lá pelo meio, a malta começou a perceber que ia dar à mesma. Organizar uma, duas ou três manifestações, fazer aquele barulho, reunir aquela multidão na rua e, na prática nada é feito. Ou seja, estamos a perder o nosso tempo. Estamos a gastar a nossa energia num movimento que é suposto fazer algo depois disso e não faz nada. Quando fazes uma ou duas manifestações, com a quantidade de pessoas que saiu na rua, alguma mudança, mesmo que pouca, tem de ser feita. A partir daí, a malta não vê nada, fica cansada e recua [Dj Letra, entrevista realizada no Mindelo, em Março de 2020].

Rappers como Gol Waine, Seiva, Revan ou o colectivo Nigazz Ponta, todos entrevistados no âmbito desta pesquisa, são algumas das várias figuras do movimento *rap* mindelense que deram a cara à causa, como também o tinham feito com o MAC, mas foram pouco a pouco recuando.

Da primeira vez fui e correu tudo bem. Já da segunda vez fiquei com o pé atrás. Fui lá para cantar, eu e o Indzays. Fiquei com o pé atrás, porque, quando estavam a fazer o discurso no palco, apresentaram uma senhora a quem iam apoiar, caso ela se candidatasse. Crias um movimento, antes de te afirmares, já estás a apoiar alguém. Estás a apoiar essa pessoa. A partir do momento que a apoias, todas essas pessoas que lá estão vão votar. Depois ela ganha. E quem é que a vai tirar de lá? Onde é que fica o Sokols. Estás a perceber? É complicado (...). Sokols é um partido político. Fiquei com a ideia de que Sokols é do PAICV (...). As pessoas são ligadas ao PAICV. E não só, eles atacam por todos os lados. Como um movimento para precisar estar a atacar a tudo. Tens de ter um plano e dizer: “durante este ano vamos fazer isto, isto e isto”. Não é: “já foste aqui, já

foste acolá”. Tem de ser esse plano (...). Acreditei naquela autonomia. Precisamos de autonomia. Mas, também há outra coisa, eles querem a autonomia, mas querem-na para já e autonomia não se consegue para já. Tem de se ter noção do que se quer. Imagina, como é que vais descentralizar tudo. Tirar tudo da Praia (...). São Vicente pode conseguir alguma coisa. O que é que as outras ilhas vão conseguir? Nada. O que Santo Antão irá conseguir? Sal e Boa Vista podem até conseguir alguma coisa, agora o resto, nada. (Gol Waine, entrevista realizada no Mindelo, em Março de 2020).

Tal como nos disse Gol Waine, surgido igualmente noutras entrevistas, esse afastamento prendeu-se com a desconfiança da relação do movimento com o PAICV, mas também com a suspeita de que o seu real objectivo seria alcançar o poder autárquico em 2020 e a notória falta de uma agenda política concreta.

Sendo certo que nenhum dos dois movimentos destacados se identificam com o pan-africanismo, não obstante um dos seus principais líderes se considerar cabralista, o período entre as suas acções viu nascer, na Praia, um outro movimento declaradamente pan-africano: o MFPA-CV, de inspiração cabralista, cujo comité nacional foi criado após responderem, em 2015, à convocatória internacional para a participação no Congresso Federalista Pan-Africano. Com o objectivo de reunificar os povos africanos, o MFPA reconstrói um paradigma pan-africano a partir das ideias centrais de Cheikh Anta Diop: a África como berço da humanidade e a unidade afro-negra, fundada na sua relação histórico-cultural com o Egipto Antigo e a Núbia, enquanto primeiras civilizações humanas. De Frantz Fanon recuperam, por um lado, a compreensão da cultura negra e tradição africana como algo dinâmico ligado à vivência popular e, por outro, a visão do processo de descolonização como algo em aberto, compreendido como uma luta que se coloca também contra o neocolonialismo vigente em Cabo Verde.

Um dos seus principais argumentos é de que, tal como a transição para a independência, a transição democrática incluiu apenas aspectos formais e regras constitucionais operativas do sistema multipartidário. Na prática, entendem que a elite política cabo-verdiana, em particular e africana no geral, traíram as esperanças da revolução ao alcançarem o poder, substituindo o colonial por um nacional oligárquico, servil aos antigos colonos.

Depois de terem organizado algumas actividades de consciencialização identitária e política, bem como de tentar articular os diversos movimentos que se dizem pan-africanos saídos na sua maioria do universo *hip-hop*, os seus coordenadores participaram no pré-Congresso de preparação do

Congresso Federalista Pan-Africano realizado em 2018 no Gana, por ocasião da comemoração do 60º aniversário da histórica Conferência de Todos os Povos Africanos. A sua participação nesse Congresso marca a sua integração oficial no novo movimento pan-africano.

Contudo, vários outros ativistas, incluindo *rappers*, têm participado, desde 2017, em intercâmbios internacionais na África do Sul, promovidos pela escola Nkrumah. Para o Pan-Africanismo, cujo objectivo principal é a educação política dos jovens africanos para a luta num contexto de globalização marcado pela luta de classes, estes intercâmbios têm possibilitado também a vinda a Cabo Verde de alguns ativistas do continente.

Com uma agenda bem definida e lutando contra o afro-pessimismo que impera no arquipélago, ambos os movimentos têm encontrado na política comunitária, pensada a partir das premissas da escola de sociabilidade, a solução para os problemas sociais cabo-verdianos, mas fora das esferas político-partidárias e do próprio Estado. Nessa lógica, argumentam que o futuro de África passa pela construção de uma visão contemporânea do estilo de vida tradicional dos seus povos, fundada numa base colectivista e na mútua responsabilidade social. Através de um interessante trabalho de consciencialização identitária e política, que tem na *Marxa* Cabral ou Marcha do Povo um dos seus principais marcos de afirmação cultural e política, mantém preservada a chama dos protestos e os ideais do pan-africanismo cabralista.

Notas finais

Neste artigo procuramos contextualizar, a partir de uma perspectiva histórica, o surgimento dos movimentos sociais e de protestos em Cabo Verde, tendo as cidades da Praia e do Mindelo como campo de pesquisa, identificar a sua natureza e as ideologias que os guiam e perceber o papel desempenhado pelo *rap* em todo o processo. Para tal, a abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa, suportada por entrevistas e conversas informais, sem deixar de lado o uso da estatística oficial e das narrativas do *rap*.

Vimos que o *rap* proporcionou a vários jovens, em situação de precariedade e marginalidade, o acesso a uma plataforma transnacional e pan-africana de reivindicação que lhes permitiu produzir uma auto-reflexão, enquanto sujeitos políticos, e ler criticamente o contexto sociopolítico onde se inserem.

Os *rappers*, autodeclarados revolucionários e mensageiros do povo, ao recuperarem o legado de Amílcar Cabral e os discursos pan-africanistas, contextualizaram historicamente a sua existência e deslocaram para o

espaço público dos principais centros urbanos os discursos infra-políticos dos becos e das pontas dos territórios em resistência. Com isso, apelaram constantemente à necessidade de unidade destes territórios, de modo a realizar uma nova luta pela dignidade colectiva e juvenil, criando condições para mobilizações em torno de movimentos como o MAC e o *Sokols*, no qual participaram activamente.

Ainda que as acções do MAC e do *Sokols* ou de qualquer outro surgido na segunda metade dos anos de 2000, com destaque para a *Korrenti Ativizta* e Associação *Kilombo*, tenham coincidido com a cronologia dos protestos observados no continente africano, não foram por eles influenciados, pelo menos directamente. Sendo certo que o movimento *hip-hop* teve inspiração nos movimentos anti-racistas e pan-africanos norte-americanos, os restantes tiveram como principal referência a Primavera Árabe e as ocupações das praças europeias. A aproximação aos protestos africanos apenas se dá muito mais tarde, com as agendas pan-africanas do MFPA e da escola Nkrumah, conectando ativistas das ilhas com alguns movimentos do continente.

Em termos ideológicos, tanto o MAC como o *Sokols* colocaram ênfase na questão classista, embora a principal agenda de reivindicação deste segundo tenha sido a regionalização, cuja pauta é recuperada dos movimentos sociais mindelenses do início do século XX. É, portanto, um movimento com um legado de resistência à identidade africana e uma certa tendência para o afro-pessimismo, apesar da forte contribuição de alguns intelectuais do Mindelo na luta pela libertação e um dos bairros da cidade ter sido declarado zona libertada antes da independência nacional. Pelo contrário, os movimentos de cariz pan-africano, que situam historicamente o seu legado na resistência dos africanos auto-libertos, mesmo quando se auto-identificam como cabralistas, subdividem-se em quatro vertentes: a renascença africana de Cheikh Anta Diop; o socialismo africano de Kwame Nkrumah; o rastafarianismo de Marcus Garvey; e o afrocentrismo de Molefe Kete Asante.

Por fim, é de referir que compreendemos as acções destes movimentos como fazendo parte de uma reacção juvenil, com base na descrença do papel do Estado construído à luz da teoria de modernização em assegurar o bem-estar social. Isto num contexto marcado pela reprodução de relações tardo-coloniais promovidas por uma classe política que privilegia as lógicas político-corporativistas, segundo Varela (2008), denunciadas nos finais dos anos de 1990 por Onésimo Silveira, ao afirmar que a abertura democrática substituiu um regime de partido-Estado por um regime de Estado-do-partido.

Bibliografia

- Adi, H., 2017, ‘Pan-Africanism: an ideology and a movement’, in D.L. Hodgson & J.A. Byfield, eds., *Global Africa - Into the Twenty-first Century*, Oakland: University of California Press, pp. 90-99.
- Afrobarometer, 2017, *A qualidade da democracia e da governação em Cabo Verde*, Accra: Afrobarometer.
- Aidi, H., 2018, *Africa's new social movements: a continental approach*. (https://media.africportal.org/documents/OCPPC-PB1836_0.pdf). 24 Abril 2020.
- Aina, T.A., 1998, *Mundialização e política social em África: questões e pistas de investigação*, Dakar: CODESRIA.
- Amado, A.D., 2012, *Os três Cabral de hoje em Cabo Verde: uma leitura necessária*. (<https://www.buala.org/pt/mukanda/os-tres-cabrais-de-hoje-em-cabo-verde-uma-leitura-necessaria>). 25 Janeiro 2014.
- Barbosa, M.S., 2012, ‘Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica’, *África*, v. 31-32, pp. 135-155.
- Borges, A.C.M.; Semedo, J.A.V., 2021, *Juventude (des)interessada? Perspetivas dos jovens sobre a democracia e a governança em Cabo Verde*. (https://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ad438-perspetivas_dos_jovens_sobre_a_democracia_em_cabo_verde-afrobarometer-5abril21.pdf). 9 Abril 2021.
- Cabral, A, 2013 [1970], ‘Libertação nacional e cultura’, em M. de Andrade, coord., *Unidade e luta. A arma da teoria*, Obras escolhidas, vol. 1. Praia, Fundação Amílcar Cabral, pp. 282-298.
- Cabral, A., 2015 [1963], ‘Reunião de quadros do partido sobre a luta em Cabo Verde’, In: L. Fonseca; O. Pires; R. Martins, Orgs., *Cabo Verde – reflexões e mensagens*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, pp. 91-122.
- Cardina, M. and Rodrigues, I.N., 2020, The mnemonic transition: the rise of an anti-colonial memoryscape in Cape Verde, *Memory Studies*, online, pp. 1-15.
- Carvalho, M.A.S., 2011, ‘Na procura de novos temas de história contemporânea: os Sokols ou Falcões Portugueses de Cabo Verde (1936-1939)’, *Estudos do Século XX*, n. 11, pp. 320-334.
- Costa, S., 2013, ‘Sociedade civil, Estado e qualidade da democracia em Cabo Verde: entre a letargia cívica e a onnipresença do leviatã’, em C.M. Sarmiento e S. Costa, orgs., *Entre África e a Europa: nação Estado e democracia em Cabo Verde*, Coimbra: Almedina, pp. 273-329.
- Diouf, M, 2003, ‘Engaging postcolonial cultures: african youth and public space’, *African Studies Review*, vol. 46, n. 2, pp. 1-12.
- Du Bois, W.E.B., 2007 [1903], *The souls of Black folk*, Oxford and New York: Oxford University Press.
- Ela, J-M., 2013 [1994], *Restituir a história às sociedades africanas. Promover as ciências sociais na África negra*, Mangualde: Edições Pedagogo e Luanda: Edições Mulemba.
- Estêvão, J., 2011, ‘A economia cabo-verdiana desde a independência: uma transição lenta’, em L. Bussotti e S. Ngoenha, orgs., *Cabo Verde da independência a hoje – Estudos Pós-Coloniais*, Udine: Aviani & Aviani, pp. 69-91.

- Évora, R., 2004, *Cabo Verde: a abertura política e a transição para a democracia*, Praia: Spleen Edições.
- Fernandes, G., 2013, 'Nação e dupla inclusão: entre o pragmatismo e o saudosismo', em C.M. Sarmiento e S. Costa, orgs., *Entre África e a Europa: Nação, Estado e democracia em Cabo Verde*, Coimbra: Almedina, pp. 23-41.
- Fukuyama, F., 2018, *Identidades: a exigência de dignidade e a política do ressentimento*, Alfragide: D. Quixote.
- Graça, J.L. da, 1998, 'Por um panafricanismo renovado', em *Colóquio Internacional Que Estados, que nações em construção nos cinco?*, Praia: Fundação Amílcar Cabral.
- Honwana, A., 2013, *Youth and revolution in Tunisia*, London and New York: Zed Books.
- Hutchful, E., 1995, 'The international dimensions of the democratization process in Africa', em E. Chole and J. Ibrahim, Ed., *Democratisation processes in Africa: problems and prospects*, Dakar: CODESRIA, pp. 100-119.
- INE, 2013, *Governança, paz e segurança*, Praia: INE.
- INE, 2015, *40 anos de independência, 40 anos a informar por um Cabo Verde Próspero, 5 de julho de 1975 – 5 de julho de 2015*, Praia: INE.
- INE, 2018, *Perfil da pobreza. Evolução da pobreza monetária absoluta 2001/2002, 2007, 2015*, Praia: INE.
- Innerarity, D., 2016, *A política em tempos de indignação*, Alfragide: Dom Quixote.
- Lima, R.W., 2012, 'Rappers cabo-verdianos e participação política juvenil'. *Tomó*, n. 21, p. 263-294.
- Lima, R.W., 2020, 'Jovens, processos identitários e sociedades em movimento: um olhar sócio-antropológico sobre a emergência dos movimentos juvenis identitários na cidade da Praia, Cabo Verde'. *Africa Development*, vol. XLV, n. 3, pp. 97-120.
- Lopes, J.V., 2012a, *Cabo Verde: as causas da independência (e o Estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, 2ª Edição, Praia: Spleen Edições.
- Lopes, J.V., 2012b, *Aristides Pereira. Minha vida, nossa história*. Spleen Edições.
- Lopes, J.V., 2013, *Cabo Verde, os bastidores da independência*, 3ª edição, Praia: Spleen Edições.
- Lopes, J.V., 2014a, 'Germano Almeida – Não é o Estado que precisa ser reformado', *Revista Vozes das ilhas*, edição especial, pp. 206-221.
- Lopes, J.V., 2014b, 'Onésimo Silveira – Tudo está na República de Santiago'. *Revista Vozes das ilhas*, edição especial, pp. 196-205.
- Mafeje, A., 1995, 'Theory of democracy and the African discourse: breaking bread with my fellow-travellers', em E. Chole and J. Ibrahim, Ed., *Democratisation processes in Africa: problems and prospects*, Dakar: CODESRIA, pp. 5-28.
- Mkandawire, T., 1995, 'Adjustment, political conditionality and democratization in Africa', em E. Chole and J. Ibrahim, Ed., *Democratisation processes in Africa: problems and prospects*, Dakar: CODESRIA, pp. 81-99.
- Mascarenhas, S., 2014, *Da rotunda a Santa Catarina. Por uma abordagem das sublevações nacionais à luz do republicanismo*, Praia: IPC.
- Mamdani, M.; Mkandawire, T. and Wamba-dia-Wamba, E. (1988), 'Social movements, social transformation and struggle for democracy in Africa', *Economic and Political Weekly*, vol.23, n. 19, pp. 973-981.

- Mamdani, M., 1995, ‘Democratic theory and democratic struggles’, em E. Chole and J. Ibrahim, Ed., *Democratisation processes in Africa: problems and prospects*, Dakar: CODESRIA, pp. 43-62.
- Mamdani, M., 2011, *An African reflection on Tabrir Square*. (<https://www.pambazuka.org/governance/african-reflection-tahrir-square>). 20 Maio 2020.
- Mbembe, A., 2017, *Políticas da inimizade*, Lisboa: Antígona.
- Medeiros, T., 2012, *A verdadeira morte de Amílcar Cabral*, Lisboa: Althum.com.
- Mueller L., 2018, *Political protest in contemporary Africa*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Mutzenberg, R., 2015, ‘Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África’, *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 2, pp. 415-447.
- Neves, J.M., 2015, *Cabo Verde: gestão de impossibilidades*, Lisboa: Rosa de Porcelana Editora.
- Nkrumah, K., 1963, *Africa Must Unite*, Frederick A. Praeger Publishers: New York.
- Nyong’o, P.A., 1995, ‘Discourses on democracy in Africa’, em E. Chole and J. Ibrahim, Ed., *Democratisation processes in Africa: problems and prospects*, Dakar: CODESRIA, pp. 29-40.
- Prestholdt, J., 2009, ‘The afterlives of 2Pac: Imagery and alienation in Sierra Leone and beyond’, *Journal of African Cultural Studies*, vol. 21, n. 2, pp. 197-218.
- Rosário, J. de, 2013, *Cabo Verde, perspectivas e realidade*, Paris: L’Harmattan.
- Semedo, M.B., 2006, *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia: IBNL.
- Silva, A.C. e, 1996, *Histórias de um Sabel insular*, Praia: Edições Spleen.
- Silva, A.C. e, 2005, *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Mindelo: CCP.
- Silva, A.C. e, 2014, *Dilemas de poder na história de Cabo Verde*, Lisboa: Rosa de Porcelana.
- Tomás, A., 2018, ‘Cabral e a pós-colónia: leituras pós-coloniais de esperanças revolucionárias’, em M.R. Sanches, org., *Descolonizações: releer Amílcar Cabral, Césaire e Du Bois no séc. XXI*, Lisboa: Edições 70, pp. 51-77.
- Varela, O.B., 2008, ‘A governação global neoliberal e a emergência de formas alternativas de governação política, económica e social na África Subsariana’, em: *12ª Assembleia Geral do CODESRIA*, Dakar: CODESRIA.
- Varela, O.B., 2011, *Mestiçagem jurídica? O Estado e a participação local na justiça em Cabo Verde: uma análise pós-colonial*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Coimbra.
- Varela, O.B., Lima, R.W. 2017, ‘Foreman of the empire? Re-analysis of the Readmission Agreement with the European Union and of Repatriation in the Archipelago of Cape Verde’, *Working Paper CEaA*, n. 161.
- Vieira, H.S.R., 1986, ‘Nova versão da revolta dos escravos em 1835’, em *Simpósio Internacional sobre a Cultura e Literatura Cabo-verdianas*, Praia: Ministério da Cultura.
- Zibechi, R., 2015, *Territórios em resistência. Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*, Rio de Janeiro: Consequência.

